



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA DISCUSSÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CEFET/RN

Amélia Cristina REIS E SILVA (1); Margareth Míria Rodrigue Olinto AMARAL(2), Maria Rita Vítor Martins RODRIGUES (3)

- (1) CEFET/RN, amelia@cefetrn.br
(2) CEFET/RN, margareth@cefetrn.br
(3) CEFET/RN, mariarita@cefetrn.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência desenvolvida na disciplina Educação profissional: saberes e práticas da inclusão, ofertada no curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET/RN. A referida disciplina com carga-horária de 32h, foi desenvolvida no 1º semestre letivo de 2007, tendo como alunos professores e técnicos administrativos da própria instituição. As aulas foram presenciais, com uma metodologia dinâmica e interativa de forma que oportunizasse a todos refletir sobre a diversidade presente na sociedade e na escola, sensibilizando-os a um entendimento e mudança de postura frente à temática. Partindo do pressuposto de que todos esses especializandos já possuíam uma gama de experiência, tanto pessoal, quanto profissional, tínhamos como objetivo que os mesmos estabelecessem a relação teoria-prática a fim de favorecer a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao seu cotidiano. Nesse sentido, foi solicitado que, após formação de grupos, fossem feitas visitas a instituições especializadas no atendimento a pessoas com deficiência e as escolas que apresentam experiências inclusivas, todas na cidade de Natal. Ao final da disciplina observamos na fala dos alunos uma significativa mudança na postura de cada um, pois passaram a entender e, mais do que isso, a respeitar o direito à diversidade, especialmente no contexto educacional, uma vez que foi o foco central das nossas discussões.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Profissional. Diversidade.

1. FALANDO SOBRE INCLUSÃO

Este artigo objetiva relatar a experiência desenvolvida na disciplina Educação profissional: saberes e práticas da inclusão, ofertada no curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET/RN. A referida disciplina com carga-horária de 32h foi desenvolvida no 1º semestre letivo de 2007, tendo como alunos professores e técnicos administrativos da própria instituição.

Sabemos que pensar em inclusão escolar numa sociedade excludente parece paradoxo, pois nossa sociedade valoriza mais as questões econômicas do que as sociais. Sendo assim, a escola, como um dos elementos dessa sociedade é essencialmente reprodutora de seus interesses, onde tudo é submetida a lógica do capital. Ela atua para a reprodução técnica da força de trabalho, agindo muitas vezes de forma seletiva, conteudista, em que exclui claramente quem não aprendeu, como também o que e quem é considerado como não tendo condições de aprender, dentro dos padrões de normalidade.

Falar, pois, em educação inclusiva nesta sociedade é acreditar em uma grande transformação, é acreditar que é possível a escola ser de todos e para todos, uma escola em clima agradável, receptiva, sem qualquer tipo de discriminação.

Ao nos reportarmos para a história, percebemos uma longa caminhada vivenciada pelas pessoas com deficiência. Até os dias atuais, essa evolução acompanha a conquista e formulação de direitos nos quais se tornaram bem mais significativos após a Conferência mundial de educação especial, em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Dela resultou a Declaração de Salamanca, considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, documento sinalizador de uma nova época na educação de crianças com necessidades especiais em vários países do mundo.

Independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

(Declaração de Salamanca, p.17)

A partir desse grande evento foi sendo construído um movimento inclusivo. Movimento esse que vem tomando forma e influenciando sobremaneira as decisões políticas em todo o mundo. As escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive aquelas que têm graves diferenças, visto que a deficiência é uma situação de vida que ainda sendo constituindo um estado permanente, não deve definir os atributos individuais.

Nesse sentido, o conceito de educação inclusiva tem sido ampliado, modificado. Esse movimento estimula a refletir, repensar a escola, mudar os seus paradigmas, rever estratégias e concepções. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivo o crescimento, a satisfação pessoal. Aqui a pessoa com deficiência não é marcada pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação nacional, nº 9.394/96 preconiza o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais em sala de aula comuns preferencialmente na rede regular de ensino. Mas para que essa inserção seja bem sucedida, ou seja, uma escola de qualidade para todos que não favoreça somente a entrada e sim a permanência e saída com sucesso, requer, portanto um sistema educacional diferente do que temos atualmente. Precisamos de um sistema que dê conta da diversidade dando respostas às necessidades dos alunos, colaborando com a erradicação da grande desigualdade e injustiça social, essa é a filosofia da inclusão.

A sociedade nesse contexto busca consolidar o respeito às diferenças, diferenças vistas não mais como obstáculos, e sim como fatores de enriquecimentos para todos. Questionamo-nos então: Como atender a essa diversidade? Como incrementar essa escola? Que professor é esse para um modelo inclusivo de educação?

A escola é mediadora nesse processo como instância sócio-cultural, porém, tanto a escola como a sociedade precisa ser modificada através das pequenas e grandes transformações compreendendo o seu papel político e pedagógico.

As escolas centradas nos alunos são as bases para uma sociedade centrada nas pessoas, que respeita o indivíduo, partindo do princípio de que todas as diferenças são normais, faz parte do ser humano. Mais importante do que conceber a escola como transmissora de conteúdos é concebê-la como espaço de formação e de exercício da cidadania. Nesse sentido, a nossa intenção com a tessitura deste artigo é contribuir com o processo de reflexão sobre a possibilidade da criação de novas formas de conceber e organizar o cotidiano escolar, na perspectiva de que as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEES) possam ter direito à educação formal no sistema regular de ensino.

O discurso acerca da inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação. Isso não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já estabelecida.

A inclusão dessas pessoas no ensino regular é um tema que, pela sua relevância continua a merecer a atenção de educadores, pesquisadores e profissionais ligados à área da educação. Neste preâmbulo de reflexão sobre a inclusão escolar, enfatizamos, como Martins (2002, p. 19), que,

Nesse início de milênio, um grande impulso está sendo dado na direção de um movimento para a construção de uma sociedade onde as diferenças individuais entre as pessoas sejam mais respeitadas, onde as pessoas possam ser incluídas e aceitas em todos os ambientes, apesar das suas deficiências.

É sabido que com o avanço da ciência e da tecnologia, importantes instrumentos e aparelhos têm sido desenvolvidos para favorecer e facilitar o desenvolvimento, a educação e a vida dos deficientes. Esta nova realidade tem possibilitado a participação ativa de um número cada vez maior desses nas situações comuns da vida, inclusive a educação. Nesse sentido, cabe a escola se preparar para atender as diferenças, pois, ao contrário do que aconteceu durante muitos anos, a instituição de ensino é que deve estar procurando se adequar e fazer as adaptações necessárias para atender as diferenças, no intuito de cumprir eficientemente com o seu papel que é o de educar a todos.

Para tanto, destacamos a Declaração de Manágua (1993, p.13)

Para assegurar o bem estar social de todo o povo, a sociedade deve ser baseada na justiça, igualdade, equidade, e interdependência e reconhecer e aceitar a diversidade segundo o qual, as pessoas deficientes ou não devem conviver, respeitando-se nas suas peculiaridades e diferenças individuais, não mais se exigindo do portador sua adaptação à condição comumente aceitas.

Caso se considere somente o texto das leis, é possível dizer que a inclusão escolar passou por um processo de ampliação das oportunidades, uma vez que esse direito se estende à todos os indivíduos não importando as condições, sejam elas psíquicas, físicas ou sociais. Porém, muito ainda existe para ser desenvolvido para que isso realmente se efetive de maneira ampla. A esse respeito, Mazzota (2005, p. 36), estudioso da educação especial, adverte:

É preciso, através de estudos científicos, procurar conhecer melhor a clientela que esta sendo atendida, bem como a que se encontra fora do atendimento organizado, a fim de se atuar no sentido da provisão dos recursos necessários para o bom desempenho desta modalidade de ensino, no conjunto de ações voltadas para a universalização do ensino.

Nesse sentido, a participação de Universidades, Secretarias de Educação, Instituições Especializadas e Escolas devem ser uma constante na elaboração das políticas de inclusão escolar. Não no sentido de

delegar à escola quais são as ações que lhe cabem e o produto final que deve apresentar, mas sim numa perspectiva de diálogo e proposições de práticas formativas e avaliativas conjuntas, tendo a escola como foco de problematização e intervenção.

Portanto, a inclusão escolar é um desafio que, ao ser efetivamente enfrentado pela escola regular, provoca a melhoria da qualidade na educação. A transformação da escola não é uma mera exigência da inclusão escolar das pessoas com deficiência ou dificuldades. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terão a inclusão como consequência. Assim, a escola consciente de sua função deve se adaptar para atender a cada um e não o aluno ter que se adaptar para atender os supostos princípios da escola.

2. O PROCESSO INCLUSIVO NOS CEFETS

O processo inclusivo nos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs vem sendo discutido e organizado um pouco mais através da criação dos núcleos de inclusão em cada instituição com a criação do Programa de Educação e Profissionalização Tecnológica para Pessoas com Necessidades Especiais – TEC NEP que é apoiado pela Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC. A meta é criar condições para a inclusão e permanência das pessoas com deficiência nas instituições Federais de Educação tecnológica do país: Escolas Técnicas, Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas vinculadas às Universidades. Todavia, para que o programa obtenha êxito, é necessário que haja sensibilização e envolvimento de toda a comunidade. No CEFET/RN não tem sido diferente, faz parte das decisões políticas, a criação de espaços e disciplinas em alguns cursos que oportunizem os alunos ao conhecimento sobre este tema.

O programa TEC NEP, ao ser efetivado nas instituições, tem como objetivo juntar esforços para garantir o direito de acesso e permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, fomentado a compreensão dos direitos dessas pessoas e a ampliação de oportunidades para esse grupo que tem sido historicamente excluído do convívio social.

O núcleo de inclusão do CEFET/RN, almeja promover o acesso e a inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nos cursos Técnicos, Tecnológicos e de Qualificação oferecidos nessa instituição de ensino, fundamentado nos princípios do direito ao exercício da cidadania e da integração ao mundo do trabalho. Atualmente, algumas ações vêm sendo efetivadas para o atendimento dessas pessoas, tais como: adaptações arquitetônicas, estruturação do núcleo de inclusão, oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (antigos cursos básicos), apoio aos alunos dos cursos regulares e cursos de aperfeiçoamento para professores.



Figura 1: Logomarca do Núcleo de Inclusão do CEFET/RN

3. FALANDO UM POUCO DA DISCIPLINA

O curso foi desenvolvido na forma presencial com aulas durante toda sexta-feira e o sábado pela manhã. A ementa foi trabalhada na íntegra, permeada pela preocupação de que cada encontro proporcionasse ao grupo uma metodologia envolvente, pois era objetivo principal sensibilizar o aluno para a importância da inclusão e que ela não acontecesse só por força da lei e sim pela compreensão de que todo indivíduo é capaz de aprender e conviver socialmente. É preciso que as instituições cumpram o seu papel dando oportunidade de inserção e permanência e cada profissional mude sua postura frente a essa nova realidade.

O grupo era constituído de servidores federais técnicos administrativos e professores que demonstraram interesse em aprofundar essa discussão. Descreveremos um pouco sobre as estratégias aplicadas na nossa trajetória pedagógica. Cada encontro era feito uma dinâmica de sensibilização para iniciar o dia, utilizamos leitura textos de autores bem atuais, onde discutíamos as temáticas propostas, fizemos trabalhos em grupos para apresentação das conclusões e fechamento e, no final, líamos uma mensagem relacionada aos temas estudados. Utilizamos slides para apresentação da evolução histórica da deficiência no contexto mundial até chegar aos nossos dias, além de trabalhar toda a legislação através de aulas expositivas dialogadas. Por fim cada grupo teve a oportunidade de visitar instituições especializadas, escolas regulares que atuam com a inclusão, e em seguida, cada grupo apresentou a visita em forma de seminário. Este momento foi bastante rico no sentido do grupo mergulhar um pouco na realidade outrora distante do seu cotidiano.

No decorrer do curso foi abordadas questões referentes a fundamentos históricos e filosóficos do paradigma da Inclusão. Princípios educativos da equidade e diversidade. O significado da universalização da educação. Paradoxos ainda existentes na educação brasileira. Declaração de Jomtiem e Declaração de Dakar. A bidirecionalidade do processo de Ensino e Aprendizagem. Desafios de implementação de uma Política de Educação Profissional para um sistema inclusivo. Programa TEC NEP – Núcleo de inclusão do CEFET-RN.

As soluções apontadas pelos grupos para as situações de não inclusão dos alunos não eram as mesmas, abria-se, ao final de cada encontro, um espaço para discussões, no qual eram expostas dificuldades relativas a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, bem como possibilidades de melhorias da qualidade de ensino, refletindo preocupações com a formação continuada dos profissionais de educação.

Este espaço evoluiu para abranger questões referentes à perspectiva dos cursistas em relação às situações de aprendizagens. Dado o clima de cooperação e criação entre cursistas e formadores,

foi possível inovar metodologicamente: Levar algumas das experiências de sucesso em relação a alunos com NEES no ensino regular. O objetivo principal neste caso era promover a reflexão dos próprios cursistas sobre aspectos da inclusão que se revelam em situação de ensino no qual eles tiveram a oportunidade de ir em lócus e identificar aspectos que favoreciam ou fragilizavam o processo de inclusão.

Ao final da disciplina os alunos apresentaram um trabalho escrito contemplando as questões das práticas inclusivas abordadas. Para efeito de avaliação do trabalho foram considerados os seguintes critérios: domínio do conteúdo, capacidade de análise e síntese e respeito às normas técnicas e lingüísticas.

Essa discussão não teve a pretensão de esgotar o assunto e nem poderia, mas sim começar, sensibilizar os profissionais para que cada um passasse a ser um agente multiplicador e tivesse como projeto de vida o desejo de contribuir para uma educação inclusiva de qualidade, compreendendo que a educação para todos é antes de tudo uma questão de direitos humanos.

Nossos dados apontam para a necessidade de se introduzir na formação continuada dos profissionais da educação, a temática da inclusão, a problematização da condição do profissional e das necessidades de garantir acesso e permanência de todos nos espaços públicos, possibilitando pensar na importância de se fazer justiça social. O contato com a problemática em questão promoveu a necessidade dos profissionais de se lançarem em busca de maior domínio conceitual e possibilitou a aprendizagem de conteúdos pedagógicos, através do reconhecimento de problemas inerentes ao ensino.

Por fim, vale ressaltar algumas condições gerais que favoreceram o desenvolvimento da experiência, tais como: a proximidade entre os cursistas e os formadores e o espírito de inovação relacionado com a implantação de um curso novo que neste caso era ainda um tema inusitado para os participantes. Entre esses fatores o mais significativo para um sistema inclusivo nos parece ser a formação dos profissionais, desses estar consciente do seu papel em contribuir para a democratização da educação, o que lhe permite desenvolver senso crítica e habilidade de reflexão, influenciando mudanças nas práticas profissionais.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar do portador de síndrome de Down**: o que pensam os educadores? Natal: EDUFRRN, 2002.

MAZZOTA, Marcos Jose Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e política pública. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva dos professores**: idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994.